

A contribuição da psicopedagogia para a inclusão do aluno com paralisia cerebral

Claudovil Barroso de Almeida Júnior¹

¹ Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Internacional de Curitiba – FACINTER. Especialista em Educação Especial e Inclusiva pelo Instituto de Ensino Superior do Amapá – IESAP. Professor da Educação Especial no Centro Educacional Raimundo Nonato Dias Rodrigues, Brasil. E-mail: claudovilbarroso@bol.com.br

RESUMO: O estudo pesquisará a atuação do psicopedagogo para a inclusão do aluno com paralisia cerebral no ambiente socioeducacional, por meio do trabalho interdisciplinar. Os objetivos da pesquisa foram: analisar como a psicopedagogia contribuirá para a inclusão deste aluno e, compreender como as estratégias pedagógicas utilizadas pelo psicopedagogo servirão para a inserção do educando. A metodologia concentrou-se na pesquisa de campo, com intuito de interpretar a realidade que está sendo investigada, com características qualitativas. Quanto aos resultados, o estudo indicou que, para haver a inclusão do aluno com paralisia cerebral, uma equipe interdisciplinar precisa ser criada e, o psicopedagogo tem que compor permanentemente essa equipe dentro do ambiente escolar, visto que o trabalho com este aluno carece da colaboração dos profissionais da educação e da saúde. Logo, conclui-se que a contribuição do psicopedagogo para a inclusão do aluno com paralisia cerebral se efetivará mediante o redimensionamento das percepções dos profissionais, ao adotarem a concepção da educação inclusiva em suas ações pedagógicas, no sentido de acreditar no desenvolvimento das potencialidades desse educando, por meio do aprimoramento das estruturas cognitivas, afetivas e sociais, vislumbrando nessa perspectiva sua autonomia e independência.

Palavras-chave: Psicopedagogo, Inclusão, Aluno com Paralisia Cerebral, Equipe Interdisciplinar, Autonomia e Independência.

The educational psychology contribution for inclusion of students with cerebral palsy

ABSTRACT: The study will research the educational psychologist's performance for the inclusion of students with cerebral palsy in social and educational environment, through interdisciplinary work. The research objectives were to analyze how educational psychology contributes to the inclusion of this student, and understand how the pedagogical strategies used by the educational psychologist will serve to educate such students. The methodology focused on field research, with the aim of interpreting reality that is being investigated, with qualitative characteristics. Results in this study indicated that, for a truly inclusion of students with cerebral palsy, an interdisciplinary team must be created and the educational psychologist has to permanently tutor this team within the school environment, since working with this student depends of collaboration of education and health professionals. Therefore, it is concluded that the educational psychologist's contribution to the inclusion of students with cerebral palsy will become effective.

tive upon reframing the perception of professionals, by adopting the concept of inclusive education in their educational activities, to believe in the development of the potential of educating through the improvement of cognitive, affective and social structures, seeking a perspective of autonomy and independence.

Keywords: Educational Psychologist, Inclusion, Student with Cerebral Palsy, Interdisciplinary Team, Autonomy and Independence.

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a psicopedagogia anteriormente se concentravam nas dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos, podendo ser associadas a distúrbios ou a fatores: sociais, emocionais e/ou educacionais. Com o tempo, o campo de estudo da psicopedagogia se ampliou e sua área de atuação também. Atualmente, este profissional além de estudar o desenvolvimento da aprendizagem, ele poderá vir atuar com alunos da modalidade da educação especial (ALMEIDA JÚNIOR, 2012).

A modalidade da educação especial é transversal, pode está inserida desde a educação infantil ao ensino superior e, demais modalidades de ensino. Nesse sentido, a atuação do psicopedagogo com educandos público da educação especial deverá ser compreendida como um trabalho colaborativo em razão de sua interdisciplinaridade, isto é, mediante a contribuição de profissionais de múltiplas áreas do conhecimento. Além disso, o psicopedagogo tem que estar e fazer parte da equipe da organização do trabalho pedagógico dentro da escola.

Perante esse contexto, observa-se que a inserção do aluno com necessidades educacionais especiais é realida-

de na escola, e com isso a educação precisa adotar uma nova postura para atender a multiplicidade dos educandos com algum tipo de deficiência, com ressalvas ao educando com paralisia cerebral, mediante seu desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem.

Logo, o interesse o em querer pesquisar e estudar sobre a temática psicopedagogia e a inclusão do aluno com paralisia cerebral foi originada por sucessivas inquietações e dúvidas, no tocante em querer saber como o psicopedagogo poderá contribuir para a inclusão do aluno com paralisia cerebral no ambiente socioeducacional.

Desse modo, o estudo é importante pelo fato de contribuir com discussões e reflexões críticas e analíticas acerca do trabalho psicopedagógico que, poderá ser realizado na educação especial com a possibilidade de introduzir propostas psicopedagógicas para desenvolver as estruturas cognitivas, afetivas e sociais do aluno com paralisia cerebral.

Portanto, a relevância do estudo existe pela razão de este evidenciar como ideia central a transversalidade, caracterizada pelo discurso da educação inclusiva e configurada pela democratização do ensino, porque se deseja analisar a contribuição do psicopeda-

gogo para a inclusão do educando com paralisia cerebral, considerando as relações que ele estabelece com meio, mediante o uso de estratégias psicopedagógicas para o desenvolvimento da aprendizagem (AUGÉ, 2008).

2 A PSICOPEDAGOGIA E A INCLUSÃO DO ALUNO COM PARALISIA CEREBRAL

Os estudos da psicopedagogia tiveram início na Europa, mais precisamente na França, ainda no século XIX, com a Psicopedagoga Janine Mery. No século seguinte, a psicopedagogia se consolidou na Argentina, suas investigações concentravam-se na educação e na saúde, pois se acreditava que grande parte dos problemas de aprendizagem decorria de fatores neurológicos, tanto que os atendimentos psicopedagógicos restringiam-se a consultórios e/ou a clínicas médicas (BOSSA, 2007).

Todavia, essa compreensão paulatinamente começou a ser redimensionada. Segundo Grassi (2009), a psicopedagogia atualmente encontra-se também no ambiente educacional, cuja sua concepção além de estudar as dificuldades de aprendizagem manifestadas pelos alunos, ela estuda o desenvolvimento da aprendizagem, isto porque agrega conhecimento de múltiplas áreas do conhecimento.

No Brasil, os conhecimentos psicopedagógicos começaram a serem estudados e investigados na década de 80 (oitenta), com sua inserção no ambiente educacional. Além disso, hoje a atuação psicopedagógica poderá ser concebida na modalidade da educação

especial, haja vista que colaborará com a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais – NEE, no ambiente socioeducacional (ALMEIDA JÚNIOR, 2012).

De acordo com a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o público da educação especial caracteriza-se por alunos com Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e, Altas Habilidades/Superdotação (BRASIL, 2008). Dessa maneira, entende-se como alunos com deficiência os que possuem deficiência sensorial (auditiva ou visual); múltipla (duas ou mais deficiência) e; física, - sendo esta última que o estudo irá se concentrar.

A deficiência física é um comprometimento do aparelho locomotor, que envolve o sistema osteoarticular, o sistema muscular e o sistema nervoso (SILVA, 2014). Logo, é necessário que o profissional da educação reflita sobre as necessidades educacionais que o aluno com deficiência motora irá precisar, para que sua inclusão seja efetiva. Tal reflexão é necessária, pois a deficiência desse aluno poderá ter origem: cerebral, espinhal ou nos órgãos eferentes (musculares ou óseo-articulares).

Conforme Augé (2008), ao investigar o cenário que circunda o contexto da deficiência motora (física), o educador deve procurar compreender sobre as necessidades educacionais especiais com que poderá vir a trabalhar. Além disso, deve-se considerar que cada aluno com deficiência física possui sua particularidade, com desafios dentro

ou fora do esperado. Nesse sentido, é interessante observar que o aluno com paralisia cerebral (PC) apresenta maiores comprometimentos, refletidos em necessidades educacionais mais globais. Isto porque, segundo Silva (2014, p. 75):

O termo paralisia cerebral é referido como sendo um grupo de afecções caracterizadas pela disfunção motora, cuja principal causa é uma lesão encefálica não progressiva, acontecida antes, durante ou após o parto. As sequelas da paralisia cerebral podem provocar o comprometimento da linguagem, da locomoção, da postura, dos movimentos, dos usos das mãos, entre outros aspectos.

Apesar destes comprometimentos que afetam a criança com paralisia cerebral, em alguns casos sua cognição permanece preservada, assim o médico neurologista precisa orientar os pais no que tange ao seu desenvolvimento. Também, faz-se necessário a criação de uma rede de colaboração entre os genitores e os profissionais que irão cuidar desse ser, incluindo o psicopedagogo, por possibilitar o estabelecimento de laços de confiança entre estes, como também auxiliar a inclusão social e, sobretudo educacional do educando com PC.

A atuação da psicopedagogia para o momento da criança com paralisia cerebral é muito importante, considerando que durante a estimulação o meio, somado a sua supervisão profissional, pode dar o início correto para a pré-formação para esta e-

tapa do trabalho. Considerando que a psicopedagogia trabalha em conjunto com os outros profissionais, é conhecido por esta o nível de funcionamento neuropsicomotor da criança, e a inclusão com a escola recebe, desta, um preparo para a fase escolar (SILVEIRA; KROEFF, 2012, p. 216).

Esse momento é muito salutar, pois a inclusão deverá ser respeitada no instante em que a criança com paralisia cerebral for matriculada, até a sua saída exitosa da escola. Contudo, para que isso ocorra satisfatoriamente é fundamental que haja a adaptação curricular de grande e pequeno porte. A adaptação curricular de grande porte diz respeito à organização do trabalho pedagógico da escola. Enquanto que, a adaptação curricular de pequeno porte referencia-se ao planejamento educativo e a didática em sala de aula do educador (BRASIL, 2009). Todavia, considera-se que adaptar para o aluno com paralisia cerebral não deve e jamais ocorrer somente no momento da avaliação de aprendizagem. Adaptar não é retirar determinado conteúdo, e sim possibilitar a este educando realizar atividades respeitando suas características biológicas no intuito de atingir rendimentos satisfatórios. Além disso, a adaptação curricular deverá ocorrer mediante todo o processo de ensino-aprendizagem.

Para que esse processo venha a acontecer de maneira qualitativa, se considera essencial que os profissionais da educação tenham recebido e adquirido em sua formação concepções in-

clusivas, no tocante em estimular e favorecer-los à prática constante da reflexão e da análise crítica sobre a política educacional inclusiva que fora imposta, num contexto de exclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Dessa forma, é fundamental que o processo de formação possibilite aos professores identificar os mecanismos escolares que geram a exclusão, bem como conhecer os processos que favorecem a organização de uma escola inclusiva, especialmente nos aspectos referentes à inclusão escolar, à organização curricular e à avaliação de desempenho (VITALIANO; MANZINE, 2010, p. 53).

De acordo com essa prerrogativa, tal formação tem que possibilitar ao educador uma intervenção considerável para transformar a realidade social, no momento em que for mediar a construção do conhecimento para o aluno sem e com deficiência, inserindo neste contexto o educando com paralisia cerebral. Como também, desenvolver uma metodologia que combata as injustiças sociais, a partir de uma educação que respeite e inclua socioeducacionalmente o aluno com necessidades educacionais especiais (CASTRO; FACION, 2010).

Para a inclusão do aluno com paralisia cerebral acontecer significativamente o psicopedagogo deverá manter contato com outros profissionais que auxiliam na reabilitação do educando, com o propósito de estimular sua autonomia e independência. Tal trabalho

deve ser concebido como colaboração, pois apesar de que cada profissional apresenta uma particularidade em relação à área que atua, estes trabalham objetivando a inserção social e educacional do educando com PC.

Segundo Imbernón (2009), o trabalho colaborativo pressupõe a troca permanente de experiências, como a criação de diálogos fecundos para com intuito de modificar satisfatoriamente a realidade que sofre intervenção. Nesse sentido, de acordo com Maia (2011), o tratamento do aluno com paralisia cerebral precisa ser interdisciplinar, pois irá viabilizar na reabilitação e, principalmente, no desenvolvimento e aprimoramento das habilidades sociais e educacionais desse educando.

Mediante essa concepção, o trabalho que o psicopedagogo fará com o aluno com paralisia cerebral é analisá-lo primeiramente numa concepção holística. Isto é, observar o contexto, os ambientes e as relações que esse indivíduo possui com todos os organismos, em razão deste sofrer influências diretas, para posteriormente elaborar estratégias psicopedagógicas.

Cabe aqui mencionar o psicopedagogo analisa o sujeito inserido num contexto relacional complexo. É preciso conhecer e considerar o sujeito, sua família e todos os elementos envolvidos nessa teia relacional – sua história, sua origem, crenças e valores, cotidiano, comunidades, escola, colegas e professor – além das determinantes do processo de aprender e de não-aprender (GRASSI, 2009, p. 144).

Para que essa análise venha corroborar com o trabalho psicopedagógico junto ao aluno com paralisia cerebral, é de extrema importância que o psicopedagogo crie vínculos de acolhimento, confiança e, sobretudo, segurança com o educando. Nesse sentido, reafirma-se que o trabalho psicopedagógico se fundamentará não só em relações de não aprendizagem, mas sem dúvida no desenvolvimento da aprendizagem.

E de acordo com esse contexto, a criança com paralisia cerebral antes de ser inserida no ambiente escolar ela tem uma história de vida que, precisa ser considerada e respeitada. Diante dessa premissa, o psicopedagogo tem que estar no ambiente de ensino regular, compondo a equipe permanente da escola, em razão de colaborar com todos os profissionais da educação para que a inclusão do aluno com PC transcorra harmoniosamente.

Ao matricular esse educando na escola, o psicopedagogo junto com outros profissionais que irão atender a criança com paralisia cerebral precisam estudá-lo e, não permanecer como uma visão limitante em face de diagnósticos, informes ou termos clínico-médicos. É essencial que tais itens sirvam para possíveis esclarecimentos, para procurar compreender no intuito de intervir da melhor forma possível (AUGÉ, 2008).

É necessário que o psicopedagogo, assim como os demais profissionais concebam o aluno com paralisia cerebral como uma pessoa que apresenta

potencialidades para desenvolver e aperfeiçoar. Dessa maneira, Basil (2004) contribui expondo que, o trabalho com o educando com PC perpassa pela interdisciplinaridade, no tocante ao psicopedagogo auxiliar os pais e outros profissionais para chegarem à criança e desenvolverem uma intervenção satisfatória.

Além disso, é interessante observar que a criança com paralisia cerebral possui características peculiares à sua deficiência como a lentidão. Para tanto, deve-se tomar cuidado para não tratar essa peculiaridade como preguiça ou desinteresse, pois o objetivo do psicopedagogo e demais profissionais será em programar tarefas para que ele consiga realizá-las com êxito.

Perante essa realidade, o psicopedagogo deverá elaborar estratégias psicopedagógicas que favoreçam o desenvolvimento, como também o aperfeiçoamento de suas qualidades, visto que ao estabelecer metas, o uso de propostas pedagógicas irá favorecer o progresso das dimensões: sociais, cognitivas e afetivas em razão destas se encontrarem e/ou estarem integradas.

Vale mais a pena concentrar as propostas educacionais em duas ou três idéias [sic] centrais. Dispersão demais pode desorientar. Inúmeras soluções diferentes para problemas diversos não constituem necessariamente a melhor saída. As propostas educacionais, os materiais as estratégias habilitadoras e reabilitadoras, etc., devem estar integradas a propostas curriculares coerentes. As opções que foram válidas em uma

área também podem ser em outra área e/ou em outro ano (AUGÉ, 2008, p. 255).

É notório considerar que para o trabalho psicopedagógico ocorrer com qualidade em relação à elaboração de estratégia se faz necessário atribuir a paciência e a calma, pois o bem estar do aluno com paralisia cerebral é fundamental. Assim sendo, é preciso definir com muita cautela as propostas educacionais para que a intervenção interdisciplinar aconteça no propósito de colaborar significativamente para uma boa evolução do quadro.

Além disso, o clima entre todos os membros desse trabalho têm que ser de cooperação para possibilitar o progresso do aluno com PC no intuito de garantir e conquistar sua autonomia e sua independência em razão de sua inclusão socioeducacional. E para que sua inclusão seja efetivada com sucesso, o ambiente educacional precisa estar desprovido de barreiras arquitetônicas, bem como atitudinais.

De acordo com Fernandes e Orrico (2012), o ambiente educacional tem que oportunizar e assegurar a supressão de barreiras arquitetônicas, respeitando o direito de ir e vir, como também conceder uma boa qualidade de vida ao educando no momento de seu ingresso, permanência e saída com êxito da escola. Bem como, eliminar as barreiras atitudinais da comunidade escolar, em vista de acreditar e incluir o aluno com paralisia cerebral.

Nesse sentido, o psicopedagogo deverá coletar dados no ambiente escolar para produzir e/ou traçar estratégias

psicopedagógicas no intuito de favorecer a inclusão do aluno com paralisia cerebral. Para tanto, esse profissional precisa conhecer a legislação educacional para fomentar discussões frutíferas sobre os direitos do educando com PC, com também quebrar a barreira comunicacional entre os profissionais que atuam direta e indiretamente com o educando, objetivando possibilidades comunicacionais proveitosas entre os mesmos.

O psicopedagogo considerando esse contexto tem que propor aos profissionais da educação o redimensionamento da concepção curricular educacional, modificando-a para um currículo que seja funcional à criança com paralisia cerebral. Isto é, que estimule sua autonomia e dê possibilidades de independência para que sua inclusão aconteça.

Ao modificar o currículo estar-se realizando uma adaptação, a qual não deve e nem tem a pretensão de servir como instrumento de exclusão, que acentua as desigualdades sociais ao esvaziar conteúdos, como também criar baixas expectativas na aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais, é preciso respeitar seus limites e possibilidades para vislumbrar o desenvolvimento de suas estruturas cognitivas, afetivas e sociais.

Segundo Beyer (2006), a adaptação curricular requer dos profissionais da educação uma reflexão constante sobre sua prática pedagógica, isto porque atualmente a diversidade estudantil é visível nos ambientes escolares, onde se inclui os alunos com necessidades

educacionais especiais. É preciso propor o equilíbrio do currículo na hora de adaptar, para que todos sejam contemplados incluindo o aluno com paralisia cerebral.

De certo, para que essa concepção ocorra tranquilamente é preciso que o educador tenha vontade e confie na proposta psicopedagógica orientada e/ou direcionada pelo psicopedagogo, pelo fato de se observar que é um desafio constante elaborar uma didática que consiga contemplar e atender toda a heterogeneidade que está concentrada no ambiente educacional.

Logo, tal proposta deverá priorizar as relações sociais estabelecidas entre os indivíduos. Pois, de acordo com Vygotski, citado em Grassi (2009), o indivíduo ao entrar em contato com o meio social, haverá uma transformação significativa entre ambos por meio da linguagem que é produzida culturalmente. Além disso, a figura do professor é essencial nesse processo, porque atuará como mediador ativo na relação sócio-histórico.

A concepção sociointeracionista resgata a natureza social da educação ao conceber o homem como ser social que aprende e se desenvolve por meio das relações e das interações com os outros, pela mediação. Nesse movimento, ele se transforma e transforma o mundo, se apropria de conhecimentos produzidos historicamente e culturalmente, se produz do conhecimento e gera conhecimentos (GRASSI, 2009, p. 48).

O aluno com paralisia cerebral é um ser ativo, que está inserido no meio na busca incessante pelo conhecimento que se edifica, consolida-se e se refaz constantemente numa concepção dialética. Essa dialeticidade é percebida claramente quando o psicopedagogo realiza o estudo sobre a história de vida do educando com paralisia cerebral.

Também, é interessante ressaltar que para realizar esse estudo é preciso ter paciência, tranquilidade, ética e comprometimento, pois os dados precisam ser fidedignos. Desse modo, o psicopedagogo deverá observar as possibilidades de expressão e compreensão do aluno com paralisia cerebral, como também seus potenciais para o desenvolvimento de suas dimensões cognitivas, afetivas, sociais, linguísticas e psicomotoras para posteriormente elaborar e/ou produzir o diagnóstico psicopedagógico.

O diagnóstico psicopedagógico é composto de vários momentos que temporal e espacialmente tomam dimensões diferentes conforme a necessidade de cada caso. Assim, há momento de anamnese só com os pais, de compreensão das relações familiares em sessão com toda a família presente, de avaliação da produção pedagógica e de vínculos com objetos de aprendizagem, busca da construção e funcionamento das estruturas cognitivas (diagnóstico operativo), desempenho em testes de inteligência e visomotores, análises de aspectos educacionais por meio de testes expressivos, sessões de brincar e criar (WEISS, 2008, p. 37-38).

Isso porque, o diagnóstico psicopedagógico representa uma forma de relatório que, constitui a história de vida da criança com paralisia cerebral, desde o momento em que a genitora possuiu conhecimento sobre sua gravidez, como também as fases de seu desenvolvimento e outras questões pertinentes. Nota-se que tais informações a priori são realizadas por meio de sessões psicopedagógicas (WEISS, 2008). Todavia, ressalta-se que o presente momento é e deve ser realizado respeitando as particularidades do educando com PC primando pelo código de ética estabelecido pela Associação Brasileira de Psicopedagogia – ABPp.

O diagnóstico psicopedagógico após ser realizado, oportunizará aos profissionais que atendem o aluno com paralisia cerebral orientações expressivas sobre o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem deste, com ganhos inigualáveis, bem como consideráveis em razão do aperfeiçoamento das estruturas cognitivas, afetivas e sociais, visto que tal possui em seu interior sugestões de direcionamentos à família e aos profissionais de como proceder na educação do educando supracitado.

Tais sugestões podem ou não ser aceitas pela família e pela equipe interdisciplinar. Porém, ao ser aceita por todos, o educando com paralisia cerebral poderá apresentar um progresso surpreendente dentro das propostas educacionais, com propósitos da aquisição de aprimorar suas habilidades e potencialidades dentro do processo de ensino e aprendizagem.

Em suma, percebe-se que ao atribuir o trabalho psicopedagógico junto ao educando com paralisia cerebral, haverá uma contribuição significativa ao estimular a criança com paralisia cerebral para adquirir um progresso que o possibilite possuir autonomia e independência em razão de sua inclusão socioeducacional.

3 METODOLOGIA

O presente estudo apresenta um caráter qualitativo, cuja sua fundamentação concentra-se na pesquisa de campo (GIL, 2008). A pesquisa de campo caracterizada por Gil (2008) é aquela que procura estudar uma realidade específica, por meio da observação direta em cima da realidade e, como também de entrevistas com informantes, no intuito de interpretar o contexto pesquisado.

O campo de pesquisa se deteve na coleta dados em uma escola de ensino regular e, em uma escola de educação especial, com ressalva que o aluno encontra-se regularmente matriculado nas duas instituições de ensino. Os procedimentos se dividiram em duas fases. Na primeira foi realizada uma observação nos lócus investigativos, sem a intervenção do pesquisador. Na segunda fase, realizaram-se entrevistas semiestruturadas para os participantes da pesquisa. Participaram da pesquisa: um Professor do ensino regular, um Professor do Atendimento Educacional Especializado, um Fisioterapeuta, um Terapeuta Ocupacional, um Fonoau-

diólogo, um Educador Físico e um Pedagogo.

Houve a opção pela realização da pesquisa em uma escola especificamente de educação especial pela inexistência do psicopedagogo e dos profissionais da saúde estarem inseridos na escola de ensino regular. Além disso, optou-se na investigação de uma única criança, por razões éticas e de colaboração. A criança observada se encontra no 2º (segundo) ano do ensino fundamental, caracteriza-se por ser deficiente física, com paralisia cerebral, seus membros superiores e inferiores apresentam perdas parciais nos movimentos.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

No momento de observação na escola de ensino regular, tanto quanto na escola de educação especial, verificou-se que os ambientes encontram-se parcialmente adaptados para receber o público da educação especial, pois possuem rampas de acessos e banheiros adaptados. Contudo, é notório evidenciar que construir rampas e banheiros adaptados não possibilita a inclusão total do aluno com paralisia cerebral. É necessária uma reforma emergencial nos ambientes para que a inclusão seja efetiva. Abrangendo satisfatoriamente também mobiliários e recursos referentes às áreas que os profissionais atuam.

De acordo com esse contexto, é preciso que quando os prédios escolares forem edificadas, os profissionais da construção civil deverão ter o olhar

inclusivo. Isto é, o ambiente educacional precisa ser adaptado por completo, permitindo o acesso livre de todos, no intuito de acessar todos os lugares que compõem a estrutura física da unidade escolar. Nesse mesmo ambiente, a comunidade deve e quer estar plenamente envolvida com a concepção inclusiva, independente da função que vir desempenhar na escola, para com o objetivo que todos os alunos com necessidades educacionais especiais sintam-se pertencentes da comunidade escolar.

No momento das entrevistas, todos os profissionais da educação, como os da área da saúde, evidenciaram que é de extrema relevância a contribuição do psicopedagogo para a inclusão do aluno com paralisia cerebral. Todavia, a maioria dos entrevistados não soube expor como este profissional poderá contribuir para favorecer a inclusão do aluno com PC.

Esse fato é visivelmente verificado em decorrência da ausência de um trabalho interdisciplinar solidificado. Ou seja, o trabalho interdisciplinar existe, porém se observou e se constatou que este permanece apenas no campo teórico, apesar de que o aluno com paralisia cerebral frequenta regularmente a escola de ensino regular e os atendimentos oferecidos na escola de ensino especial. Nesse sentido, é necessário que se crie a cultura de rodas de conversas semanais ou quinzenais para a troca de conhecimentos e/ou experiências entre os mesmos, no intuito de ocorrer o exercício da prática, eviden-

ciada pelo desenvolvimento do trabalho interdisciplinar.

Com a roda de conversas, poderá ser melhor explorado o quadro situacional apresentado pelo aluno com paralisia cerebral, no tocante em que todos podem contribuir com suas investigações teóricas e intervenções práticas. Todavia, todos têm que se sentirem a vontade para expor suas dúvidas, suas assistências, suas necessidades e até mesmo suas dificuldades com a equipe, com propósito de buscar auxílios frutíferos para a boa condução do caso no momento da práxis educacional para com esse educando.

Entretanto, percebeu-se que os profissionais não compreendem a contribuição psicopedagógica para a inclusão da criança com paralisia, isto porque desconhecem como o profissional especializado em psicopedagogia poderá vir atuar com o aluno com paralisia cerebral, como também em um ambiente educacional inclusivo. Pois, estes consideram apenas a estrutura da palavra: psicopedagogia, sem tentar desmistificar o que ela representa, permanecendo com uma visão limitante, sem oportunizar a si mesmo vislumbrar possibilidades da realização de estudos frutíferos.

Esse estreito entendimento, acaba por interferir e dificulta na atuação do psicopedagogo dentro do processo de ensino-aprendizagem, por meio de práticas psicopedagógicas que poderiam ser aprendidas e, posteriormente empregadas na sala de aula do ensino regular, no atendimento educacional especializado e, conseqüentemente

nos atendimentos clínicos. Mas, para que isso ocorra satisfatoriamente é interessante que o psicopedagogo se faça presente na constituição da equipe interdisciplinar, tanto na escola de ensino regular, como na escola de educação especial, haja vista sua presença é imprescindível no tocante em assistir, orientar e colaborar para que haja o desenvolvimento de aprendizagem da criança com paralisia cerebral.

Nesse sentido, se considera que apesar de que todos os profissionais concebam como salutar o trabalho psicopedagógico para a inclusão do aluno com paralisia cerebral no processo educacional, os mesmos apresentam formações e concepções imutáveis ao querer modificar sua práxis pedagógica, mediante o trabalho interdisciplinar que, exige esforço, determinação, compromisso e colaboração de todos para que o educando em questão sinta-se pertencente daquela realidade, com perspectiva de transformar significativamente sua condição por meio do alcance de sua autonomia e independência socioeducacional.

5 CONCLUSÃO

Mediante as considerações tecidas anteriormente, verificou-se que o psicopedagogo apresenta uma atribuição significativa dentro do processo de ensino-aprendizagem, pela sua contribuição na inclusão do aluno com paralisia cerebral nos ambientes sociais e educacionais, em decorrência da prática salutar do trabalho interdisciplinar, comprometido com a geração da qua-

lidade de vida do educando, no tocante ao seu bem estar perante as relações sociais.

Logo, considerando essa perspectiva, é necessário que a escola adquira uma postura inovadora para a inclusão de aluno com necessidades educacionais especiais, em razão de a realidade social mobilizar-se para conquistar uma educação de qualidade para todos independente de sua condição biológica, étnica, religiosa, gênero e/ou cultural. Assim, é notório expressar que, o respeito pela diversidade educacional possibilita a convivência pacífica de todos no mesmo grupo social.

Além disso, observa-se que esse respeito perpassa também pela inserção do profissional da psicopedagogia na escola, visto que para efetuar o trabalho psicopedagógico no ambiente educacional, é preciso que haja uma abertura considerável no contexto educativo, pois se considera que é urgente que este profissional componha permanentemente a equipe interdisciplinar na escola, pelo motivo de estimular e colaborar no desenvolvimento de estratégias psicopedagógicas que podem ser utilizadas pelos profissionais com propósito da inclusão do aluno com paralisia cerebral.

Nesse sentido, a escola deve comunicar para o psicopedagogo quando o educando com PC for matriculado, pelo fato de haver uma significativa predisposição deste profissional para estudar o quadro situacional do aluno, em relação à sua história de vida, como também como se encontra seu processo de ensino-aprendizagem, no sentido

de visualizar as adaptações curriculares que o ambiente educacional terá que realizar para atender com dignidade este aluno.

Contudo, para que esse atendimento venha tornar-se-á satisfatório e de qualidade a equipe diretiva da escola precisa expressar em sua gestão a adoção da concepção inclusiva, visto que o gestor carece e deve ter essa postura inclusiva, no tocante em propiciar a criação de diálogos enriquecedores e frutíferos no interior da instituição educativa, pelo fato de construir um processo educacional que valoriza as diferenças.

Dessa maneira, faz-se necessário que o psicopedagogo apoiado pelo gestor da escola, estimule a criação de ciclo de estudos contínuos entre os profissionais da escola de ensino regular e da escola de ensino especial, cuja suas práticas sejam de qualidade ao compartilhar da concepção da educação inclusiva, no sentido deste profissional na escola despertar nestes profissionais o redimensionamento de suas percepções sobre a psicopedagogia, propondo a compreensão de propostas psicopedagógicas para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno com paralisia cerebral.

As propostas psicopedagógicas devem ser compreendidas pela equipe interdisciplinar como sugestão que irá auxiliar na educação do educando com PC. Todavia, antes que as sugestões sejam colocadas em prática, é necessário à realização discussão com os profissionais que atendem a criança, tendo

como objetivo verificar se sua aplicação será viável.

De certo, todos têm que compreender que essas sugestões não devem ter a pretensão de serem estanques. Elas precisam e devem ser modificadas no instante em que a equipe acreditar ser relevante naquele momento, bem como ser incorporadas novas, com estratégias que poderão ser adequadas e consideradas diante da peculiaridade do aluno com PC. O psicopedagogo nessa perspectiva, precisa ser flexível para ouvir, aceitar e inserir sugestões advindas da equipe interdisciplinar, independente da área de atuação do profissional, visto que o mais importante é o sentir bem deste educando.

Em suma, considera-se que a atuação do psicopedagogo junto ao educando com paralisia cerebral tem características colaborativas, por procurar modificar as estruturas organizacionais do sistema de ensino, como também o redimensionamento das percepções dos profissionais que atendem este aluno, em razão de estes desenvolverem interdisciplinarmente as potencialidades do educando, ao acreditar no progresso expressivo das dimensões cognitivas, afetivas e sociais do mesmo, com possibilidades de independência e autonomia por meio da sua inclusão socioeducacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, C. B. O Psicopedagogo na Educação Especial. **Estação Científica**, Macapá, v. 2, n. 1, p. 01-10, jan./jun., 2012.

AUGÉ, C. A avaliação psicopedagógica dos alunos com deficiência motora. In: SÁNCHEZ-CANO, M.; BONALS, J. (Col.). **Avaliação psicopedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 241-258.

BASIL, C. Os alunos com paralisia cerebral e outras alterações motoras. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 215-233.

BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BOSSA, N. A. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BRASIL. **Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Adaptações Curriculares: estratégias para educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília: MEC/SEESP, 1999.

CASTRO, R. C. M.; FACION, J. R. O papel do professor na educação inclusiva. In: FACION, J. R. **Inclusão escolar e suas implicações**. 2. ed. e rev. Curitiba: Ib-pex, 2009. p. 165-184.

FERNANDES, E. M.; ORRICO, H. F. **Acessibilidade e inclusão social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Deescubra, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRASSI, T. M. **Psicopedagogia: um olhar, uma escuta**. Curitiba: Ib-pex, 2009.

IMBERNÓN, F. **Formação permanente do professorado: novas tendências**. São Paulo: Cortez, 2009.

MAIA, H. Paralisia cerebral. In: _____ (Org.). **Necessidades educacionais especiais**. Rio de Janeiro: Wak, 2011. p. 43-48.

SILVA, L. G. S. **Educação inclusiva**: práticas pedagógicas para uma escola sem exclusões. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2014.

SILVEIRA, A. M.; KROFF, A. M. S. Paralisia cerebral. In: Gomes, M. (Org.). **Construindo trilhas para a inclusão**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

VITALIANO, R. C.; MANZINE, E. J. A formação inicial de professores para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. In: VITALIANO, C. R. **Formação de professores para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. Londrina: Eduel, 2010. p. 49-112.

WEISS, M. L. L. **Psicopedagogia clínica**: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem. 13. ed. e rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Artigo recebido em 03 de março de 2015.

Aceito em 23 de julho de 2015.